

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Dezembro/2022



Concurso Público para o Provimento de Cargos de
Analista Judiciário
Área Apoio Especializado – Especialidade
Arquivologia

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA**Conhecimentos Gerais**
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Não é na ciência que está a felicidade,
mas na aquisição da ciência.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde à sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Leia o trecho inicial do conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, para responder às questões de números 1 a 5.

A escravidão levou consigo ofícios e aparelhos, como terá sucedido a outras instituições sociais. Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé. Havia também a máscara de folha de flandres. A máscara fazia perder o vício da embriaguez aos escravos, por lhes tapar a boca. Tinha só três buracos, dois para ver, um para respirar, e era fechada atrás da cabeça por um cadeado. Com o vício de beber, perdiam a tentação de furtar, porque geralmente era dos vinténs do senhor que eles tiravam com que matar a sede, e aí ficavam dois pecados extintos, e a sobriedade e a honestidade certas. Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas. Mas não cuidemos de máscaras.

O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave. Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.

Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão. Sucedia ocasionalmente apanharem pancada, e nem todos gostavam de apanhar pancada. Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói. A fuga repetia-se, entretanto. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr, sem conhecer as ruas da cidade. Dos que seguiam para casa, não raro, apenas ladinos, pediam ao senhor que lhes marcasse aluguel, e iam ganhá-lo fora, quitandando.

Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação. Quando não vinha a quantia, vinha promessa: “gratificar-se-á generosamente”, – ou “receberá uma boa gratificação”. Muita vez o anúncio trazia em cima ou ao lado uma vinheta, figura de preto, descalço, correndo, vara ao ombro, e na ponta uma trouxa. Protestava-se com todo o rigor da lei contra quem o acoutasse.

(Adaptado de: Assis, Machado de. **50 contos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007)

1. O narrador dirige-se explicitamente a seus leitores no seguinte trecho:
 - (A) *O ferro ao pescoço era aplicado aos escravos fujões. Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (B) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (C) *Era grotesca tal máscara, mas a ordem social e humana nem sempre se alcança sem o grotesco, e alguma vez o cruel. Os funileiros as tinham penduradas, à venda, na porta das lojas.* (1º parágrafo)
 - (D) *Pesava, naturalmente, mas era menos castigo que sinal. Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (E) *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)

2. Casos houve, ainda que raros, em que o escravo de contrabando, apenas comprado no Valongo, deitava a correr (3º parágrafo)
No contexto em que se insere, o trecho sublinhado expressa ideia de
 - (A) comparação.
 - (B) consequência.
 - (C) causa.
 - (D) concessão.
 - (E) condição.

3. Verifica-se o emprego de vírgula para assinalar a elipse de um verbo em:
 - (A) *Escravo que fugia assim, onde quer que andasse, mostrava um reincidente, e com pouco era pegado.* (2º parágrafo)
 - (B) *Imaginai uma coleira grossa, com a haste grossa também, à direita ou à esquerda, até ao alto da cabeça e fechada atrás com chave.* (2º parágrafo)
 - (C) *Não cito alguns aparelhos senão por se ligarem a certo ofício. Um deles era o ferro ao pescoço; outro, o ferro ao pé.* (1º parágrafo)
 - (D) *Há meio século, os escravos fugiam com frequência. Eram muitos, e nem todos gostavam da escravidão.* (3º parágrafo)
 - (E) *Grande parte era apenas repreendida; havia alguém de casa que servia de padrinho, e o mesmo dono não era mau; além disso, o sentimento da propriedade moderava a ação, porque dinheiro também dói.* (3º parágrafo)



4. Em *Escravo que fugia assim* (2º parágrafo), o termo sublinhado exerce a mesma função sintática da expressão sublinhada em:
- (A) *Era grotesca tal máscara* (1º parágrafo).
 (B) *Havia também a máscara de folha de flandres* (1º parágrafo).
 (C) *Tinha só três buracos* (1º parágrafo).
 (D) *não cuidemos de máscaras* (1º parágrafo).
 (E) *os escravos fugiam com frequência* (3º parágrafo).
-
5. *Quem perdia um escravo por fuga dava algum dinheiro a quem lho levasse. Punha anúncios nas folhas públicas, com os sinais do fugido, o nome, a roupa, o defeito físico, se o tinha, o bairro por onde andava e a quantia de gratificação.* (4º parágrafo)
- Os termos sublinhados acima constituem, respectivamente,
- (A) uma preposição, um artigo e um pronome.
 (B) um pronome, um artigo e um pronome.
 (C) um artigo, um pronome e um artigo.
 (D) um pronome, um pronome e um artigo.
 (E) uma preposição, um pronome e um artigo.

Atenção: Considere o trecho do poema abaixo para responder às questões de números 6 a 10.

*Esta velha angústia,
 Esta angústia que trago há séculos em mim,
 Transbordou da vasilha,
 Em lágrimas, em grandes imaginações,
 Em sonhos em estilo de pesadelo sem terror,
 Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.*

*Transbordou.
 Mal sei como conduzir-me na vida
 Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!
 Se ao menos endoidecesse deveras!
 Mas não: é este estar-entre,
 Este quase,
 Este poder ser que...,
 Isto.*

*Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.
 Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.
 Estou doído a frio,
 Estou lúcido e louco,
 Estou alheio a tudo e igual a todos:
 Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura
 Porque não são sonhos.
 Estou assim...*

(Fernando Pessoa. **Obra poética**. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1997)

6. No poema, o eu lírico manifesta, sobretudo,
- (A) indiferença.
 (B) nostalgia.
 (C) indignação.
 (D) esperança.
 (E) inquietação.
-
7. No poema, o eu lírico expressa um desejo no seguinte verso:
- (A) *Eu sou um internado num manicômio sem manicômio.* (3ª estrofe)
 (B) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe)
 (C) *Com este mal-estar a fazer-me pregas na alma!* (2ª estrofe)
 (D) *Se ao menos endoidecesse deveras!* (2ª estrofe)
 (E) *Estou dormindo desperto com sonhos que são loucura* (3ª estrofe)
-
8. Verifica-se o emprego da figura de linguagem conhecida como hipérbole no seguinte verso:
- (A) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (B) *Esta angústia que trago há séculos em mim,* (1ª estrofe).
 (C) *Em grandes emoções súbitas sem sentido nenhum.* (1ª estrofe).
 (D) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (E) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
-
9. No poema, o eu lírico recorre a um enunciado paradoxal no seguinte verso:
- (A) *Mal sei como conduzir-me na vida* (2ª estrofe).
 (B) *Esta velha angústia,* (1ª estrofe).
 (C) *Estou lúcido e louco,* (3ª estrofe).
 (D) *Um internado num manicômio é, ao menos, alguém.* (3ª estrofe).
 (E) *Estou assim...* (3ª estrofe).



10. As palavras podem mudar de classe gramatical sem sofrer modificação na forma. A este processo de enriquecimento vocabular pela mudança de classe das palavras dá-se o nome de “*derivação imprópria*”.

(Adaptado de CUNHA, Celso. **Gramática essencial**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013)

Constitui exemplo de derivação imprópria o vocábulo sublinhado em:

- (A) Esta velha angústia, (1ª estrofe).
- (B) Este quase, (2ª estrofe).
- (C) Transbordou da vasilha, (1ª estrofe).
- (D) Porque não são sonhos. (3ª estrofe).
- (E) Estou assim... (3ª estrofe).

Raciocínio Lógico-Matemático

11. Na tabela, temos o registro do número semanal de livros novos recebidos pela biblioteca.

Sem 1	Sem 2	Sem 3	Sem 4	Sem 5	Sem 6	Sem 7	Sem 8
15	8	12	?	?	30	26	35

Sabe-se que a média semanal de recebimento de livros é de 21 livros; no entanto, os números correspondentes às semanas 4 e 5 foram perdidos. A informação que foi recuperada é que o número de livros recebidos na semana 5 é 10% superior ao número da semana 4. Na semana 5 foram recebidos:

- (A) 12 livros.
 - (B) 15 livros.
 - (C) 19 livros.
 - (D) 22 livros.
 - (E) 25 livros.
12. Em uma prestação de contas registrou-se que foram gastos 35% do total do orçamento na primeira semana, 20% da quantia restante na segunda semana e 25% do que ainda havia em caixa na terceira semana. Após esse último registro, verificou-se que restavam R\$ 4.875,00 em caixa. O valor do orçamento inicial era de
- (A) R\$ 10.000,00
 - (B) R\$ 12.500,00
 - (C) R\$ 14.000,00
 - (D) R\$ 15.500,00
 - (E) R\$ 17.000,00
13. Aldo e Beto têm, juntos, 235 figurinhas. Aldo tem 25 figurinhas a mais do que o dobro do número de figurinhas de Beto. A diferença entre o número de figurinhas de Aldo e de Beto é
- (A) 100
 - (B) 125
 - (C) 85
 - (D) 105
 - (E) 95
14. A produção de 864 veículos de uma fábrica foi planejada de forma que os números de veículos brancos e de veículos cinza produzidos fossem, respectivamente, o triplo e o quádruplo do número de veículos pretos produzidos. O número de veículos pretos produzidos deve ser
- (A) 96
 - (B) 105
 - (C) 121
 - (D) 130
 - (E) 136
15. Se Adão vai ao cinema, Benedito consegue estudar e Carla não faz brigadeiro. Carla fez brigadeiro, então podemos afirmar que
- (A) Benedito conseguiu estudar.
 - (B) Adão não foi ao cinema.
 - (C) Benedito não conseguiu estudar.
 - (D) Adão foi ao cinema.
 - (E) Adão foi ao cinema se Benedito conseguiu estudar.

**Legislação**

16. Acerca dos vencimentos do servidor público, nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para quitar o débito.
 - (B) exclui-se do teto de remuneração do servidor a gratificação recebida por encargo de curso ou concurso.
 - (C) o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível, salvo na hipótese de pandemia.
 - (D) o servidor perderá a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências e saídas antecipadas, ressalvadas, entre outros, ausências, por até 5 dias, para alistamento ou recadastramento eleitoral.
 - (E) o vencimento e a remuneração do servidor não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, exceto nos casos de proventos previdenciários e prestação de alimentos resultante de decisão judicial.
-
17. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal,
- (A) a intimação do interessado deverá conter sua identificação, a finalidade da intimação e a indicação dos fatos, sendo desnecessária a indicação dos fundamentos legais pertinentes à infração cometida, uma vez que a ninguém é dado alegar ignorância da lei.
 - (B) por razões de ordem técnica ou jurídica, a competência para edição de atos de caráter normativo é passível de delegação, para outros órgãos, ainda que não sejam hierarquicamente subordinados ao órgão administrativo a quem ela foi atribuída como própria.
 - (C) na hipótese de o interessado postular a suspeição da autoridade processante, sendo indeferida essa alegação, caberá recurso, com efeito suspensivo, pois o curso do processo administrativo depende da solução definitiva desse incidente.
 - (D) após a conclusão da instrução do processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, porém, conforme a complexidade do caso em julgamento, serão permitidas até mais 2 (duas) prorrogações por iguais períodos, expressamente motivadas.
 - (E) o desatendimento a intimação para ciência de decisão ou efetivação de diligências, no curso do processo, não importará no reconhecimento da verdade dos fatos nela contidos, tampouco em renúncia a direito pelo administrado.
-
18. Ao definir as modalidades de licitação, a Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) estabelece que se utiliza
- (A) a concorrência, para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia.
 - (B) o concurso, para escolha de trabalho técnico, científico e artístico, sendo restrita aos candidatos que estejam vinculados a universidades ou escolas técnicas federais.
 - (C) o leilão, para aquisição de bens e serviços comuns a quem oferecer o maior lance.
 - (D) o pregão, para aquisição de bens imóveis ou de bens móveis, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
 - (E) a licitação internacional, para as hipóteses em que haja cotação de preços em moeda estrangeira, devendo ser processada no exterior, na sede da representação brasileira, para ser executada em território nacional.
-
19. No tocante ao direito ao trabalho da pessoa com deficiência, a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência)
- (A) garante aos trabalhadores com deficiência acessibilidade em curso de formação, não sendo exigível quando se tratar de curso de capacitação.
 - (B) estabelece que a pessoa com deficiência tem direito, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo igual remuneração por trabalho de igual valor.
 - (C) assegura que a pessoa com deficiência tenha direito a promoções horizontais, considerado o cargo para o qual foi contratada, mas não o direito a planos de carreira e promoções verticais, cuja criação se insere na discricionariedade do empregador.
 - (D) obriga as pessoas jurídicas de direito público a garantirem ambientes de trabalho acessíveis e inclusivos, não se aplicando essa regra às pessoas jurídicas de direito privado, que se sujeitam ao regime da livre iniciativa.
 - (E) veda restrição ao trabalho da pessoa com deficiência e qualquer discriminação em razão de sua condição, ressalvadas as etapas prévias de recrutamento e seleção, que se destinam a apurar a plena aptidão do candidato ao cargo.
-
20. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região,
- (A) o Diretor e o Vice-Diretor da Escola Judicial serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.
 - (B) a Escola Judicial está vinculada à Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e objetiva, na forma do seu Regulamento, o aprimoramento técnico-cultural de magistrados.
 - (C) na hipótese de vacância do cargo de Presidente do Tribunal, antes de completado o primeiro ano de mandato, a eleição para preenchimento da vaga será realizada na primeira sessão que se seguir, em prazo não superior a 10 (dez) dias, com posse imediata, concluindo o eleito o tempo de mandato do antecessor.
 - (D) o Presidente do Tribunal, quando eleito, tomará posse imediatamente perante o Órgão Especial, ocasião em que prestará compromisso de cumprir os deveres do cargo, em conformidade com a Constituição e as leis da República.
 - (E) os membros da Comissão de Vitaliciamento serão eleitos entre os Desembargadores do Trabalho, pelos integrantes do Órgão Especial, com mandato de 2 (dois) anos.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

21. Para a arquivista espanhola Antonia Heredia Herrera, a condição essencial do arquivo é sua organicidade, que resulta de duas atividades complexas:
- (A) a conservação e a classificação.
 - (B) o arranjo e a conservação.
 - (C) a descrição e a difusão.
 - (D) a classificação e a ordenação.
 - (E) o acesso e a difusão.
-
22. Se considerarmos que o chamado valor histórico não é um atributo inato de determinados documentos, é correto afirmar que tal valor está associado
- (A) ao grau de concentração das informações neles registradas.
 - (B) ao uso que o pesquisador pode fazer de qualquer documento.
 - (C) ao nível hierárquico do organismo produtor.
 - (D) ao prestígio funcional de seus signatários.
 - (E) à natureza das atividades a que correspondem.
-
23. Códigos de classificação, guias, índices e outros instrumentos permitem identificar, para cada componente de um fundo, seu contexto
- (A) de procedimentos.
 - (B) tecnológico.
 - (C) documental.
 - (D) jurídico-administrativo.
 - (E) de proveniência.
-
24. O fato de os arquivos refletirem não apenas a estrutura, mas as funções e atividades das entidades produtoras, sejam elas públicas ou privadas, justifica um dos elementos que os definem:
- (A) organicidade.
 - (B) unicidade.
 - (C) indivisibilidade.
 - (D) autenticidade.
 - (E) cumulatividade.
-
- Atenção:** Considere a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sancionada em 14 de agosto de 2018, para responder às questões de números 25 e 26.
25. A filiação a sindicato é considerada
- (A) matéria de segurança nacional.
 - (B) dado pessoal sensível.
 - (C) informação pública.
 - (D) elemento de identidade profissional.
 - (E) dado isento de restrição de acesso.
-
26. À exclusão de dado ou de conjunto de dados armazenados em banco de dados, independentemente do procedimento empregado, dá-se o nome de
- (A) interdição.
 - (B) bloqueio.
 - (C) anonimização.
 - (D) consentimento.
 - (E) eliminação.



27. Certos dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, ficaram obsoletos a partir de 2011. Os artigos então revogados tratavam
- (A) dos arquivos privados.
 - (B) do Sistema Nacional de Arquivos.
 - (C) do Conselho Nacional de Arquivos.
 - (D) do acesso e do sigilo dos documentos públicos.
 - (E) da regulamentação da profissão.
-
28. A qualidade da informação coletada na fonte, com o máximo de pormenorização possível e sem modificações, corresponde, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, ao atributo da
- (A) veracidade.
 - (B) organicidade.
 - (C) publicidade.
 - (D) acessibilidade.
 - (E) primariedade.
-
29. De acordo com o Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012, o uso de algoritmo simétrico ou assimétrico, com recurso criptográfico, para substituir sinais de linguagem clara por outros ininteligíveis por pessoas não autorizadas a conhecê-la, configura o processo de
- (A) formatação.
 - (B) marcação.
 - (C) auditoria.
 - (D) emulação.
 - (E) cifração.
-
30. Por serem rotineiras, em sua maioria, as ações administrativas determinam a formação de
- (A) dossiês temáticos.
 - (B) documentos descartáveis.
 - (C) fundos e coleções.
 - (D) séries documentais.
 - (E) tabelas de equivalência.
-
31. Aplicáveis em ambientes híbridos, em que coexistem documentos digitais e não digitais, as operações e os procedimentos típicos do sistema de gestão arquivística de documentos, processados eletronicamente, configuram o chamado
- (A) Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD).
 - (B) Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD).
 - (C) Sistema de Negócio.
 - (D) Sistema de Armazenamento.
 - (E) Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED).
-
32. Considere os itens abaixo.
1. Capitão Augusto Soares Jr.
 2. Solemar Empreendimentos
 3. Roberto Santa Cruz
 4. Vicenta Cortés Alonso
 5. Sociedade São Vicente de Paula
 6. Augusto Soares Neto
 7. Museu Histórico Nacional
 8. Dra. Augusta Soares
 9. A Varanda Ltda.
 10. Joaquim Espírito Santo
- Dispondo em ordem alfabética os nomes das pessoas e instituições acima, com as quais determinado organismo mantém correspondência, a sequência correta é:
- (A) 4, 10, 7, 3, 8, 1, 6, 5, 2, 9.
 - (B) 9, 6, 1, 8, 10, 7, 3, 5, 2, 4.
 - (C) 4, 3, 2, 1, 9, 7, 6, 5, 10, 8.
 - (D) 6, 9, 8, 1, 7, 10, 5, 3, 4, 2.
 - (E) 3, 4, 1, 2, 7, 9, 5, 6, 8, 10.



33. O curso do documento, desde sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa dentro de determinado organismo, é conhecido como
- (A) tramitação.
 - (B) distribuição.
 - (C) despacho.
 - (D) circulação.
 - (E) trânsito.
-
34. Por conveniência da instituição ou a pedido do interessado, a retirada definitiva de partes de um processo corresponde ao chamado
- (A) desmembramento.
 - (B) desarquivamento.
 - (C) desentranhamento.
 - (D) deslocamento.
 - (E) descolamento.
-
35. São de guarda permanente, na Justiça do Trabalho, os processos que têm por assunto
- (A) categoria profissional especial.
 - (B) férias.
 - (C) prescrição.
 - (D) direito internacional.
 - (E) direito de greve e *lockout*.
-
36. Podem ser eliminados, na Justiça do Trabalho, depois de cumpridos os respectivos prazos de guarda temporária, os processos que têm por assunto
- (A) medida cautelar.
 - (B) acordo coletivo de trabalho.
 - (C) sentença normativa.
 - (D) aposentadoria e pensão.
 - (E) execução previdenciária.
-
37. De acordo com Heloísa Liberalli Bellotto, a “ingenuidade documental” designa
- (A) o caráter probatório dos documentos acumulados pelos cartórios de notas e de registro civil das pessoas jurídicas.
 - (B) a lisura com que procedem, em altos postos governamentais, funcionários dotados de fé pública.
 - (C) o grau de relação que o documento mantém com seu original ou com a ação que lhe deu origem.
 - (D) a autenticidade dos documentos que ostentam sinais básicos de validação, como timbres e assinaturas.
 - (E) a postura crítica dos autores pós-modernos em relação àqueles que defendem a força probatória dos documentos de arquivo.
-
38. O documento por meio do qual se comunicam as Justiças de países diferentes, com a perspectiva de obter colaboração para a prática de atos processuais, é a carta
- (A) rogatória.
 - (B) de adjudicação.
 - (C) arbitral.
 - (D) de remição.
 - (E) precatória.
-
39. Do ponto de vista diplomático, a assinatura do emissor de um documento dispositivo compõe a
- (A) sanção.
 - (B) precação.
 - (C) subscrição.
 - (D) corroboração.
 - (E) data tópica.
-
40. A espécie documental por meio da qual se solicita determinada providência é
- (A) o ofício.
 - (B) a requisição.
 - (C) o convite.
 - (D) a procuração.
 - (E) o parecer.



41. Ao escrito preparatório e reduzido que antecede a elaboração do documento original dá-se o nome de
- (A) *abstract*.
 - (B) preâmbulo.
 - (C) minuta.
 - (D) protocolo inicial.
 - (E) resumo.
-
42. Na internet, o recurso que objetiva propiciar uma identificação única e persistente da informação desejada, independente de sua localização, é conhecido pela sigla
- (A) DMA (Direct Memory Access).
 - (B) ECM (Entreprise Content Management).
 - (C) OCR (Optical Character Recognition).
 - (D) SSL (Secure Sockets Layer).
 - (E) URN (Uniform Resource Name).
-
43. A linguagem predominante de um documento define
- (A) seu gênero.
 - (B) seu formato.
 - (C) sua forma.
 - (D) seu tipo.
 - (E) sua espécie.
-
44. Quando se tomam por unidade de descrição conjuntos de documentos de um mesmo tipo, considera-se que a abordagem é
- (A) coletiva.
 - (B) serial.
 - (C) individual.
 - (D) funcional.
 - (E) relacional.
-
45. Livro, álbum e folheto correspondem ao conceito de
- (A) espécie.
 - (B) forma.
 - (C) suporte.
 - (D) formato.
 - (E) tipo.
-
46. Manuscritura, fotografia e gravação constituem exemplos de
- (A) suporte.
 - (B) formato.
 - (C) técnica de registro.
 - (D) gênero.
 - (E) forma.
-
47. A multidimensionalidade é um dos atributos da norma
- (A) International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings (ISDIAH).
 - (B) General International Standard Archival Description (ISAD(G)).
 - (C) Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).
 - (D) International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families (ISAAR (CPF)).
 - (E) Records in Context (RIC).
-
48. A complexidade da estrutura hierárquica de muitos organismos, aliada às alterações em suas competências ao longo do tempo, tornam particularmente penosa, segundo Michel Duchein, a tarefa de identificar
- (A) unidades de arquivamento.
 - (B) um fundo.
 - (C) relações orgânicas.
 - (D) séries documentais.
 - (E) coleções.



49. Cada elemento utilizado para pesquisar, identificar e localizar descrições arquivísticas – seja nome, termo, palavra-chave, expressão ou código – configura
- (A) um cabeçalho de assunto.
 - (B) uma unidade de informação.
 - (C) um ponto de acesso.
 - (D) um verbete.
 - (E) uma nota explicativa.
-
50. É possível acrescentar informação a um elemento descritivo, a fim de facilitar a identificação, a compreensão e o uso de um registro de autoridade. Segundo a ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, tal informação funciona como
- (A) qualificador.
 - (B) complemento.
 - (C) anexo.
 - (D) apenso.
 - (E) extensão.
-
51. Na condição de instrumentos de acesso aos documentos de arquivo, os índices:
- I. remetem a pessoas, lugares ou assuntos.
 - II. são indispensáveis nos catálogos.
 - III. podem ser aplicados diretamente aos documentos, sem passar pelos verbetes que os descrevem.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
 - (B) I e II, apenas.
 - (C) II e III, apenas.
 - (D) I, II e III.
 - (E) II, apenas.
-
52. No âmbito de uma política de descrição documental, Heloísa Liberalli Bellotto recomenda dar-se prioridade
- (A) à edição de fontes.
 - (B) ao registro topográfico.
 - (C) ao catálogo seletivo.
 - (D) ao guia.
 - (E) ao inventário.
-
53. No uso da ferramenta livre para descrição de documentos, o AtoM (Acess to Memory), quem detém o menor número de permissões é o
- (A) editor.
 - (B) colaborador.
 - (C) tradutor.
 - (D) administrador.
 - (E) analista.
-
54. Ao caracterizar os usuários dos arquivos, Carlos Blaya Perez os divide nas seguintes categorias:
- (A) especialistas, estudantes e curiosos.
 - (B) práticos, acadêmicos e populares.
 - (C) profissionais, investigadores aficionados, estudantes e cidadãos comuns.
 - (D) administradores, historiadores e cidadãos.
 - (E) reais, potenciais e virtuais.



55. Documentos privados assumem o *status* de documentos de interesse público e social
- (A) por decisão do corpo diretivo da instituição a que se destina o acervo.
 - (B) mediante procedimentos fixados pelo Conselho Nacional de Arquivos.
 - (C) após tombamento efetuado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
 - (D) uma vez inscritos no Programa Memória do Mundo, da Unesco.
 - (E) de acordo com a importância das entidades proponentes.

Atenção: Sobre a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que possam produzir os mesmos efeitos legais dos documentos originais, responda às questões de números 56 e 57.

56. Quanto à resolução mínima, recomendam-se
- (A) 600 dpi para textos manuscritos, com ou sem ilustração, em cores.
 - (B) 600 dpi para textos impressos, com ilustração, em preto e branco.
 - (C) 300 dpi para textos impressos, sem ilustração, em preto e branco.
 - (D) 1.200 dpi para plantas e mapas.
 - (E) 600 dpi para fotografias e cartazes.

57. Quanto à cromia, recomenda-se
- (A) uso de preto e branco para textos impressos, sem ilustração.
 - (B) escala de cinza para textos manuscritos, com ou sem ilustração, em cores.
 - (C) RGB (colorido) para textos manuscritos, com ou sem ilustração, em preto e branco.
 - (D) escala de cinza para fotografias e cartazes.
 - (E) escala de cinza para plantas e mapas.

58. A técnica de migração que consiste na mudança da forma de apresentação de um documento, para fins de acesso ou manutenção dos dados, é a
- (A) emulação.
 - (B) transposição.
 - (C) alteração.
 - (D) exportação.
 - (E) reformatação.

59. A Política de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (PSEC-PJ), instituída pelo Conselho Nacional de Justiça em 2021, estabeleceu quatro instrumentos para viabilizá-la. NÃO faz parte de tal conjunto
- (A) o Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PIILC-PJ).
 - (B) a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).
 - (C) o Protocolo de Prevenção de Incidentes Cibernéticos no âmbito do Poder Judiciário (PPINC-PJ).
 - (D) o Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC-PJ).
 - (E) o Comitê Gestor de Segurança da Informação do Poder Judiciário (CGSI-PJ).

60. "O componente do acervo é essencial para garantir direitos do cidadão resguardados por lei". De acordo com o manual *Gerenciamento de riscos: do planejamento à execução*, publicado em 2019, tal atributo, quando associado aos documentos de um arquivo, corresponde ao chamado valor
- (A) estético.
 - (B) histórico.
 - (C) probatório.
 - (D) político/administrativo.
 - (E) econômico.

Prova Discursiva-Redação

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A Prova Discursiva-Redação tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema, com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.3 a 10.8 deste Capítulo. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 40 (quarenta) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 30 (trinta) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, no Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 30 (trinta) pontos:** a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido para o Cargo; b) adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; c) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos, elementos coesivos; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.4.3.1 A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Redação a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO** à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; g) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.9 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos.

I

A sociedade que se formou da reunião de várias aldeias constitui a Cidade, que tem a faculdade de se bastar a si mesma, sendo organizada não apenas para conservar a existência, mas também para buscar o bem-estar.

(ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 4)

II

O homem que cavalga longamente por terrenos selváticos sente o desejo de uma cidade. Finalmente, chega a Isidora, cidade onde os palácios têm escadas em caracol incrustadas de caracóis marinhos, onde se fabricam a perfeição binóculos e violinos [...]. Ele pensava em todas essas coisas quando desejava uma cidade. Isidora, portanto, é a cidade de seus sonhos.

(CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Tradução de Diogo Mainardi. São Paulo: Biblioteca Folha de São Paulo, 1972, p. 6)

III

O conceito de “vida entre edifícios” inclui um grande número de atividades que as pessoas realizam ao usar o espaço público: deslocamentos de um lugar para outro, caminhadas, paradas curtas, longas, olhar vitrines, conversas e encontros, exercícios, danças, atividades recreativas, trocas e comércio, jogos, shows de rua e até mendigos. [...] Todos os acontecimentos da vida ocorrem enquanto circulamos entre nossos semelhantes. A vida, em toda a sua diversidade e esplendor, aparece diante de nós quando estamos a pé. Em cidades vitais, sustentáveis, saudáveis e seguras, o pré-requisito para o desenvolvimento da vida urbana é que haja oportunidades para caminhar. Tomando uma perspectiva mais ampla, no entanto, fica claro que uma série de oportunidades socialmente valiosas e recreativas surgem quando são cultivadas e quando a caminhada é incentivada. [...] Nas cidades, caminhar é muito mais do que apenas passear! Há contato entre as pessoas e a comunidade, os prazeres livres da vida e as várias experiências sensoriais são usufruídas. Em sua essência, caminhar é uma forma especial de comunhão entre pessoas que compartilham o espaço público, como um lugar de circulação [...].

(Adaptado de: GEHL, Jan. **Ciudades para la gente**. Buenos Aires: Ediciones Infinito, 2014, p. 19)

Com base em I, II e III, elabore um texto **dissertativo-argumentativo** acerca do seguinte tema:

Direito à cidade como condição de bem-estar social



Prova Discursiva-Redação

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RAS CUNHO

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO